

Spending review

Orçamento Público 2050:
cenários e desafios para o
centenário da Consultoria de
Orçamento e Fiscalização
Financeira da Câmara dos
Deputados



SECRETARIA DE
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E
ASSUNTOS ECONÔMICOS

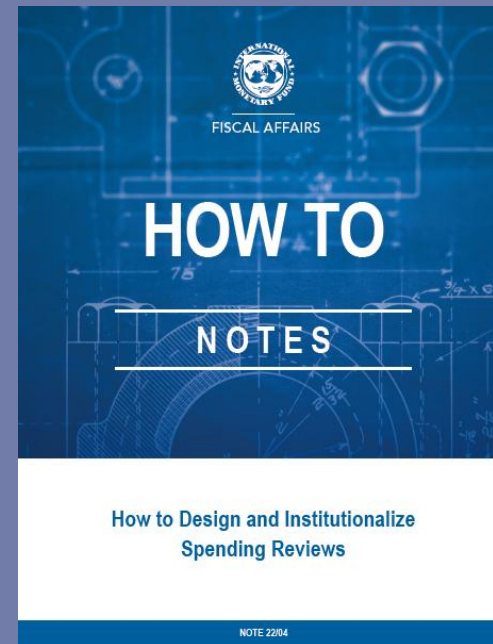
MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



Referências



"(...) se trata de uma ferramenta usada não somente para reduzir os gastos agregados, mas também capaz de aumentar o espaço disponível para priorizar novas despesas consistentes com a manutenção de uma política fiscal agregada sólida. (...) a revisão de despesas está interessada não somente em identificar ganhos de eficiência (reduzindo o desperdício), mas também em aumentar a priorização - e, portanto, a eficácia -



"(...) The OECD has found that spending reviews have proved to be an important tool for governments, not only to control total expenditure by making space for more resources, but also to align spending allocations with government priorities and to improve the effectiveness of an important public policies and financial management programmes." (pag. 130) tool. They help create fiscal space, which can be used to fund new priorities, address emerging spending pressures, or reduce debt. They can also help improve the quality of spending and fiscal outcomes "

Abordagens

Abrangentes

Não avaliam tudo - selecionam temas mais amplos e as equipes de revisão são solicitadas a examinar todos os ministérios com a expectativa de identificação, na medida do possível, as opções de economia mais importantes.

Reino Unido 2021 - selecionou 5 temas - i) leveling up (promoção da igualdade de oportunidades), ii) net zero (descarbonização), iii) educação, empregos e habilidades, iv) saúde e v) crime e justiça

Seletivas

limitada a uma lista específica de tópicos - programas, processos ou órgãos - e é estimulada no início de cada rodada de revisão de despesas.

Chile 2021 - gasto acumulado e gasto per capita (tem parte variável per capita), considerando média e um desvio-padrão do período de 5 anos

Governança

□ Integração com o Processo Orçamentário

Os spending reviews devem estar diretamente conectados à elaboração do orçamento governamental.

Essa integração fortalece o vínculo com a gestão fiscal e os processos de alocação de recursos.

A maioria dos países da OCDE associa os spending reviews ao orçamento anual ou ao arcabouço de médio prazo.

□ Compromisso e Liderança Política

A liderança política é decisiva desde o início até a adoção das recomendações.

O apoio político é mais forte no início de mandatos governamentais.

□ Arranjos de Governança Claros

É essencial definir com clareza as responsabilidades ao longo do processo.

Inclui grupos de trabalho (análise técnica) e comitês gestores (orientação e supervisão).

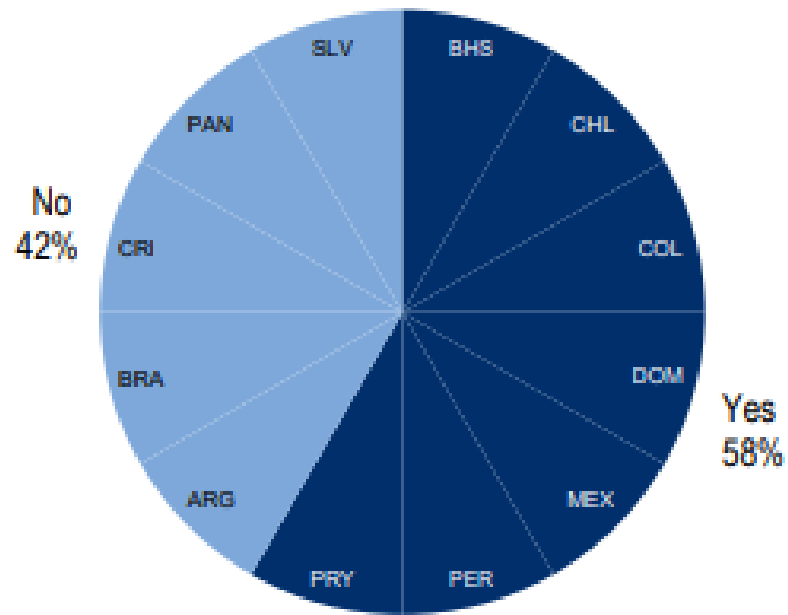
Ministérios setoriais colaboram na execução e no alinhamento das

Alinhamento com o ciclo orçamentário, trabalho em conjunto com a SOF

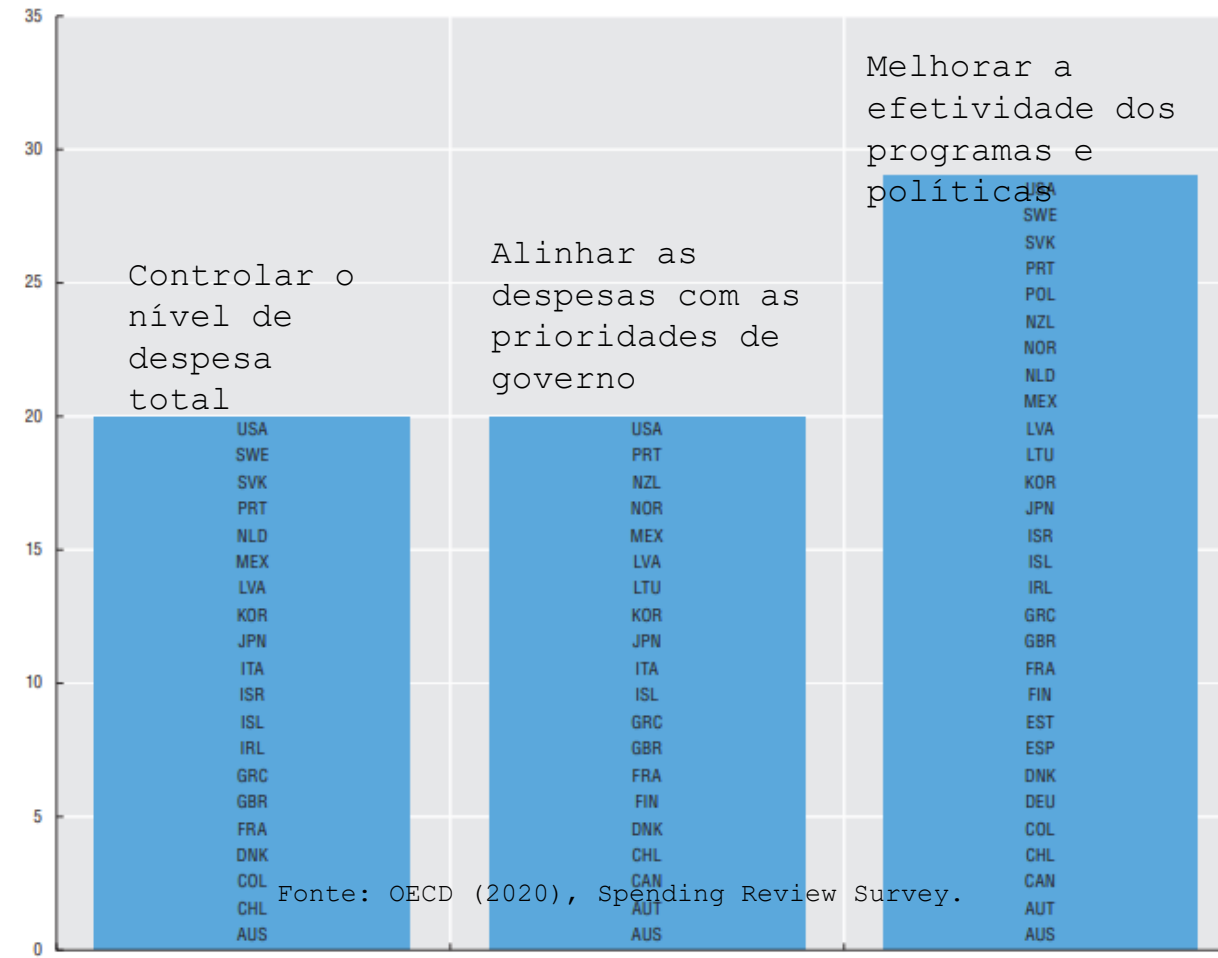
Apoiando o governo no aperfeiçoamento da efetividade e eficiência das políticas públicas

Agenda positiva de fortalecimento da sustentabilidade fiscal

Países conduzindo revisão de gastos na América Latina (2021)

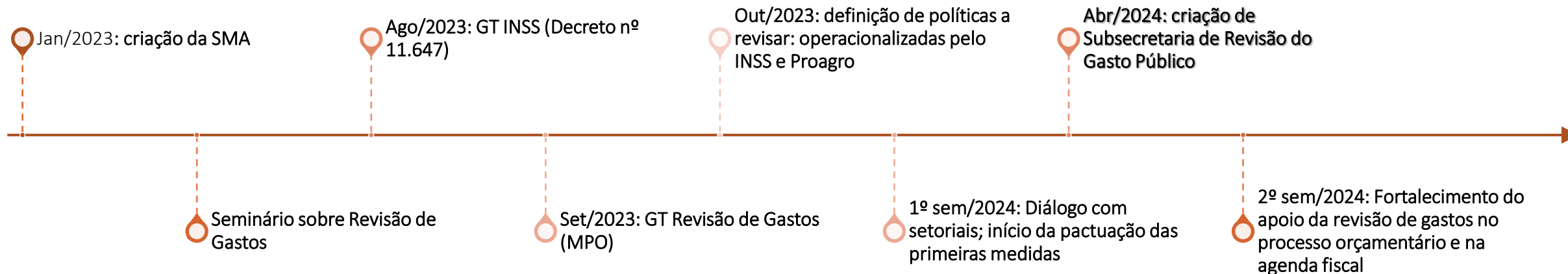


Fonte: : OECD-IDB (2022), Survey on Spending Reviews; OECD (2020), Spending Review Survey.



Fonte: OECD (2020), Spending Review Survey.

Revisão do Gasto Público na SMA



Revisar para repriorizar

Agenda 2023-2024

Benefícios operacionalizados
pelo INSS
+ Proagro

Trabalho em parceria com SOF, Casa Civil, INSS,
MPS, MDS, MPA, MMA, Bacen, STN, entre outros.

R\$ 19,9 bilhões de economia anunciados em 2024

Governo federal

PLDO 2025

A revisão de gastos é o processo de analisar gastos públicos existentes a fim de identificar oportunidades de melhoria com vistas a abrir espaço orçamentário e financeiro para a manutenção da sustentabilidade fiscal e o financiamento de novas prioridades.

Decreto 11.978, de 2024

Art. 34-A. À Subsecretaria de Revisão do Gasto Público compete:

I - planejar e promover, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, o processo de revisão de gastos públicos;

II - sistematizar, para as políticas públicas de gasto direto ou de subsídios a serem avaliadas pelo processo de revisão de gastos, o conjunto de avaliações e auditorias já realizadas e achados e recomendações que visam melhorar a qualidade do gasto público federal;

III - realizar estudos e propor instrumentos para a execução da revisão do gasto público; e

IV - articular-se com os órgãos gestores das políticas para a análise conjunta acerca da viabilidade das ações a serem apresentadas no escopo da revisão de gastos, com o objetivo de obter espaço fiscal para a nova priorização dos gastos públicos ou para a consolidação fiscal, em

RESOLUÇÃO JEO N° 12, DE 28 DE JANEIRO DE 2025

§ 2º Os órgãos deverão explicitar as estimativas de impacto fiscal das medidas de economia de recursos decorrentes do processo de revisão de gastos incorporadas às projeções para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e suas atualizações no Projeto de Lei Orçamentária Anual e no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, apresentando suas respectivas memórias de cálculo.

§ 3º Os órgãos deverão justificar eventuais diferenças entre as estimativas de impacto fiscal das medidas de economia de recursos decorrentes do processo de revisão de gastos incorporadas às projeções para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e suas atualizações no Projeto de Lei Orçamentária Anual e no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias e as estimativas de impacto fiscal das medidas de economia de recursos decorrentes do processo de revisão de gastos, consolidadas na seção de Revisão de Gastos do Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º O disposto nos §§ 2º e 3º se aplica às medidas de economia aprovadas pela Junta de Execução Orçamentária nos processos de revisão de gastos de políticas públicas ou programas governamentais por ela definidos.

Pontos-chave



Avaliações e auditorias são insumos para a revisão de gastos



Revisão de gastos é um instrumento direto de uso das evidências no processo orçamentário e distinto da reprogramação orçamentária



Revisão de gastos tem como marco um conjunto de medidas pactuadas



Revisão de gastos pode ter como objetivo a consolidação fiscal, a repriorização de gastos ou a busca por melhoria da efetividade das políticas



Transbordamentos são naturais e são benéficos

Revisar para repriorizar

Mapeamento de oportunidades

- **Síntese do conhecimento acumulado (CGU, TCU, CMAP, Avaliações, literatura especializada e conhecimento do gestor)**
- Identificação de oportunidades de melhoria da política
- Identificação de economias

Qualificação das oportunidades e estimativas de economias

- Conversas com gestores para qualificação das oportunidades
- Elaboração de estimativas de economia
- Proposta de grupo de trabalho para elaborar as medidas

Delimitação de propostas em conjunto com os gestores

- Desenho das medidas
- Refinamento de estimativas de economia
- Apoio na elaboração pelos gestores dos planos de ação das medidas
- Pactuação dos planos e das economias

Gestão e monitoramento dos planos de ação

- Acompanhamento da execução dos planos de ação e de economias geradas
- Articulação com gestores e demais atores responsáveis por atividades para solucionar eventuais entraves

PLDO 2025

Tabela 1 - Opções de Melhoria e Economia: Benefícios Previdenciários (em R\$ bilhões)

Linha de atuação		Medida(s) adotada(s) ou prevista(s)	Ação Orçamentária Associada	Economia potencial (em R\$ bilhões)				
				2025	2026	2027	2028	Total
1	AtestMed para Auxílio por Incapacidade Temporária	Medidas administrativas, em implementação	00SJ	6,2	6,1	6,0	5,9	24,1
2	Prevenção e contenção de fraudes previdenciárias; promoção da atividade de apuração de irregularidade de benefícios do RGPS e assistenciais	Medidas de gestão / investimentos; alteração normativa (art. 179-E do Decreto n.º 3.048/1999)	00SJ	0,9	1,0	1,0	1,0	3,8
3	Cobrança administrativa de benefícios do RGPS indevidos	Medidas de gestão / investimentos	00SJ	0,15	0,15	0,15	0,15	0,6
Total**				7,2	7,2	7,1	7,0	28,6

Fonte: INSS

*As estimativas relativas ao item 2 trazidas nessa tabela correspondem apenas à economia potencial com benefícios do RGPS (Ação Orçamentária “00SJ - Benefícios Previdenciários”).

**As diferenças em alguns valores totais decorrem dos arredondamentos.

Tabela 2: Opções de Melhoria e Economia: Proagro (em R\$ bilhões)

Linha de atuação	Medida(s) adotada(s) ou prevista(s)	Ação Orçamentária Associada	Economia potencial (em R\$ bilhões)				Total	
			2025	2026	2027	2028		
1	Reduzir o limite de enquadramento obrigatório no Proagro de R\$ 335.000,00 para R\$ 270.000,00, por ano agrícola.	Resolução CMN 5.126-08/04/2024	0265	0,8	0,9	0,9	1,0	3,6
2	Reduzir o pagamento de indenizações em operações com emergência no período de Zarc com risco 30%, em 25%.	Resolução CMN 5.127-08/04/2024	0265	0,4	0,4	0,5	0,5	1,8
3	Reduzir o pagamento de indenizações em operações com emergência no período de Zarc com risco 40%, em 50%.	Resolução CMN 5.127-08/04/2024	0265	0,2	0,2	0,3	0,3	1,0
4	Reduzir o teto para pagamento de Garantia de Renda Mínima (GRM) em operações do Proagro Mais.	Resolução CMN 5.128-08/04/2024	0265	0,5	0,6	0,6	0,6	2,4
Total*				2,0	2,1	2,2	2,3	8,7

Fonte: BCB.

* As diferenças no total de 2025, 2027, 2028 e no total acumulado do período, decorrem dos arredondamentos.

PLDO 2026

Tabela 1: Medidas de Gestão e Economia: Proagro (em R\$ bilhões)

Linha de atuação		Medida(s) adotada(s) ou prevista(s)	Ação Orçamentária Associada	Economia potencial (R\$ bilhões)					Total
				2025	2026	2027	2028	2029	
1	Reduzir o limite de enquadramento obrigatório no Proagro de R\$ 335.000,00 para R\$ 270.000,00, por ano agrícola.	Resolução CMN 5.126- 08/04/2024	0265	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	2,9
2	Reduzir o pagamento de indenizações em operações com emergência no período de Zarc com risco 30% e 40%.	Resolução CMN 5.127- 08/04/2024	0265	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	2,3
3	Reduzir o teto para pagamento de Garantia de Renda Mínima (GRM) em operações do Proagro Mais.	Resolução CMN 5.128- 08/04/2024	0265	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	2,9
4	Flexibilizar a vedação de indenização por perdas recorrentes, para algumas culturas e imóveis compartilhados com o mesmo CAR; e desconsiderar perdas a produtores atingidos pela calamidade pública no Estado do RS, em 2024.	Resolução CMN 5.147- 28/06/2024	0265	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5	-2,4
5	Ajustar as alíquotas %s básicas pagas para enquadramento no Proagro, diferenciando-as conforme os riscos de perdas por culturas ou conjunto de culturas e localização geográfica.	Resolução CMN 5.148- 28/06/2024	0265	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	2,3
6	Reduzir a indenização a empreendimentos com alíquotas de equilíbrio superior a 40%.	Resolução CMN 5.198- 19/12/2024	0265	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	5,8
7	Reduzir em 15% a indenização aos empreendimentos enquadrados na faixa de risco de 20% do Zarc e sobre aqueles não zoneados, cobertos pelo Proagro Mais.	Resolução CMN 5.198- 19/12/2024	0265	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	5,0
Total *			0265	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	18,9

Tabela 2 - Opções de Melhoria e Economia: Benefícios Previdenciários (em R\$ bilhões)

Linha de atuação		Medida(s) adotada(s) ou prevista(s)	Ação Orçamentária Associada	Economia Potencial (em R\$ bilhões)					Total
				2025	2026	2027	2028	2029	
1	AtestMed para Auxílio por Incapacidade Temporária	Medidas administrativas, em implementação/ investimentos	00SJ	2,4	2,7	2,9	3,1	3,3	14,4
2	Prevenção e contenção de fraudes previdenciárias; promoção da atividade de apuração de irregularidade de benefícios do RGPS e assistenciais	Medidas de gestão / investimentos; alteração normativa (art. 179-E do Decreto n.º 3.048/1999)	00SJ	0,1	0,4	0,4	0,4	0,4	1,7
3	Cobrança administrativa de benefícios do RGPS indevidos	Medidas de gestão / investimentos	00SJ	0,0**	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3
Total***			00SJ	2,5	3,1	3,4	3,6	3,8	16,4

Tabela 3 - Opções de Melhoria e Economia: Benefício de Prestação Continuada (em R\$ bilhões)

Linha de atuação		Medida(s) adotada(s) ou prevista(s)	Ação Orçamentária Associada	Economia Potencial (em R\$ bilhões)					Total
				2025	2026	2027	2028	2029	
1	Revisão bienal do BPC Pessoa Idosa	Medidas administrativas, em implementação	00H5	1,2	0,9	1,9	2,0	2,0	8,0
2	Revisão Bienal do BPC Pessoa com Deficiência	Medidas administrativas, em implementação	00IN	1,5	1,1	2,3	2,5	0,0	7,4
Total***				2,7	2,0	4,2	4,5	2,0	15,4

Desafios

Comunicação
das medidas e
das
realoções

Engajamento na agenda de revisão de gastos, compreendidos os seus impactos na melhora da qualidade do gasto público

Institucional
idade

Evolução da institucionalidade do processo de revisão de gastos, como um instrumento perene e legalmente estruturado para melhora da efetividade e eficiência das políticas, bem como para a sustentabilidade das contas públicas

Desenho de
incentivos

Tornar a revisão de gastos atrativa para os gestores setoriais pela preferência na repriorização ou pela realização de investimentos prévios à realização de economias, ambas vinculadas ao planejamento de médio e longo prazos